

O MORTO FALTOU AO ENTERRO

Vinte e quatro anos após o fim “oficial” da Ditadura militar, e quarenta e cinco anos após o golpe armado de 31 de março de 1964, que lhe deu origem, a sociedade brasileira ainda convive com um paradoxo digno dos romances de Gabriel Garcia Márquez. É que a Ditadura, embora dada por morta, recusa-se terminantemente a ser enterrada.

A Ditadura sobrevive na mentalidade da cúpula das Forças Armadas, que não hesita em colocar-se acima da sociedade, ignorando decisões judiciais, resistindo ao poder civil e insistindo em manter sob tutela partes do Estado brasileiro (como as estruturas encarregadas da aviação civil).

Sobrevive na instituição da tortura, até hoje praticada em quartéis, até mesmo contra militares; e sobrevive na impunidade sarcástica dos agentes da repressão política que, nos anos 1960 e 1970, seviciaram, assassinaram e depois ocultaram os corpos dos opositores vitimados.

Sobrevive, ainda, na “licença para matar” concedida à Polícia Militar, a tropa antimotim criada na década de 1970: o episódio recente da favela de Paraisópolis ilustra bem a concepção de *apartheid* que orienta suas ações. A matança de maio de 2006 em São Paulo, a pretexto de retaliação ao PCC, continua impune (*Revista AduSP* 38).

Convidamos o leitor a submeter à prova tudo que afirmamos, examinando com atenção as matérias do bloco que se inicia na página 12. A reportagem de Fausto Salvadori sobre a implacável perseguição da Aeronáutica aos controladores militares de vôo que realizaram uma *greve de zelo* em 2007 indica a enorme distância que separa os quartéis da democracia. Neste conflito indireto entre trabalho e capital (este representado pelas empresas de aviação, que, em última instância, beneficiam-se da árdua atuação dos controladores), a FAB e o governo não vacilaram em tomar o partido deste último.

A entrevista concedida pelo ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que em dezembro de 2008 conversou por duas horas com a equipe da *Revista AduSP*, sinaliza as enormes resistências que existem, dentro do governo Lula, à abertura dos arquivos da Ditadura e à punição dos oficiais que torturaram e mataram em nome do Estado. Resistências que partem dos comandos das três forças e encontram no Ministério da Defesa e na Advocacia-Geral da União seus canais de expressão civil.

Não é segredo para ninguém que as Forças Armadas, nas democracias de tipo liberal, estão a serviço da elite econômica, ou, para usar expressão que alguns consideram ultrapassada, a serviço da classe dominante. Mas, ao se colocarem à parte do ordenamento institucional, as corporações militares fragilizam as poucas conquistas democráticas da sociedade brasileira e comprometem sua ampliação. Note-se, por exemplo, que o ataque do comandante militar da Amazônia à demarcação contínua da reserva indígena de Raposa-Serra do Sol aponta preocupante sintonia com setores rapaces do agronegócio e do conservadorismo nacional.

Por outro lado, nota-se uma nova onda de revisionismo histórico pró-Ditadura, de que a *Folha de S. Paulo* se fez porta-voz ao recorrer à expressão “ditabranda” para qualificar o regime militar brasileiro. A moda da vez baseia-se na escala supostamente mais civilizada e contida dos crimes cometidos, comparativamente aos casos argentino e chileno, e envereda pela louvação do suposto entusiasmo da Ditadura pela expansão do ensino superior público e da pós-graduação, uma vez que “os governos militares incentivaram a formação de quadros científicos em todas as áreas do conhecimento concedendo bolsas de estudos no Brasil e no exterior”. Claro. Fizeram isso e muito mais, ao banir o pensamento crítico, perseguir os pesquisadores que teimavam em resistir, e também prender e reprimir as lideranças estudantis, chegando a executar várias delas.

Subprime explosiva

Décio Garcia Munhoz expõe com o brilho habitual sua visão da crise que abala os alicerces do capitalismo. E propõe que o Brasil, para enfrentá-la, remova a “descabida autonomia” do BC e adote políticas que recomponham “o poder de compra das rendas do trabalho”. É o artigo que abre esta edição. Boa leitura!